

# EDUCAÇÃO, ESTADO E SOCIEDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO DE RUI BARBOSA (1889)<sup>1</sup>

## EDUCATION, STATE AND SOCIETY IN THE JOURNALISTIC SPEECH OF RUI BARBOSA (1889)

**Cristiane Silva Mélo<sup>2</sup>, Maria Cristina Gomes Machado<sup>3</sup>**

*Recebido para publicação em 16/10/07*

*Aceito para publicação em 31/10/07*

### RESUMO

Este artigo apresenta temas discutidos por Rui Barbosa em 1889, no jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro. Nos meses que antecederam no Brasil a Proclamação da República, que ocorreu em novembro de 1889, Rui Barbosa procurou por meio de escritos jornalísticos editados no *Diário de Notícias* realizar campanhas a favor da federalização das províncias, esta causa contribuiu para com o fortalecimento dos ideais republicanos naquele momento. O país vivenciava intensas mudanças no campo político, econômico, cultural e social provocadas pelo desenvolvimento da industrialização, pelo crescimento populacional e urbano e pela transformação nas relações de trabalho, estabelecida pelo fim da escravidão em março de 1888. Neste texto busca-se acompanhar o debate realizado pelo autor acerca da educação, do Estado e da sociedade numa época em que se almejava para o país rumos de modernização e progresso. Este foi o ideal defendido por Rui Barbosa ao destacar em seus artigos assuntos de cunho político e social, enfatizando mudanças na sociedade brasileira para seu desenvolvimento.

Palavras-chave: história da educação brasileira, pensamento pedagógico, Rui Barbosa, educação, Estado e sociedade.

### ABSTRACT

This article presents issues discussed by Rui Barbosa in 1889, in the daily periodical "*Diário de Notícias*" of Rio de Janeiro. These subjects were written in

---

<sup>1</sup> Este artigo é produto da pesquisa de iniciação científica intitulada "Rui Barbosa: o papel do Estado e da Educação na imprensa em 1889", iniciada em 2005 e concluída em 2006 sob a orientação da prof<sup>a</sup> Dra Maria Cristina Gomes Machado. A pesquisa teve o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esteve vinculada ao Grupo de Pesquisa "História, Estado e Educação", cadastrado no Diretório do CNPq, e ao Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). Foi apresentada originalmente, em novembro de 2005, no VI Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" realizado em Ponta Grossa-Paraná. Este texto é uma versão ampliada da comunicação apresentada no supracitado evento.

<sup>2</sup> Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

<sup>3</sup> Professora Doutora do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). e-mail: mcgmachado@uem.br

the months that preceded the Proclamation of the Republic in Brazil, which occurred in November 1889. Rui Barbosa sought, by means of journalistic writings, to carry out some campaigns for the federalization of the Brazilian provinces, thus contributing to the strengthening of the republican ideals. The country experienced intense changes in the political, economical, cultural and social fields, all started up by the industrialization development. The population, the urban growth and the work relations had been modified with the abolition of slavery in March 1888. In this text, we aim to follow the debate carried out by the author on education, the State and the society at a time when there was a longing for modernization and progress for the country. This was the ideal defended by Rui Barbosa in his writings, in which he enhanced social and political issues, and emphasized the necessity of changes in the Brazilian society, for its development.

Key words: the history of Brazilian education, pedagogical thought, Rui Barbosa, education, State and society.

## Introdução

Neste texto busca-se acompanhar o debate realizado por Rui Barbosa (1849-1923) acerca da educação, do Estado e da sociedade numa época em que se almejava para o país rumos de modernização e progresso, este foi o ideal defendido pelo autor ao destacar em seus artigos jornalísticos assuntos de cunho político e social, enfatizando a necessidades de mudanças na sociedade brasileira para o seu desenvolvimento. Apresenta assim, alguns temas discutidos por Rui Barbosa, em 1889, no jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro. Nos meses que antecederam no Brasil a Proclamação da República, que ocorreu em novembro de 1889, Rui Barbosa procurou por meio de escritos jornalísticos editados no *Diário de Notícias* realizar campanhas a favor da federalização das províncias, esta causa contribuiu para com o fortalecimento dos ideais republicanos naquele momento.

O Brasil na segunda metade do século XIX foi marcado por significativas mudanças e acontecimentos que repercutiram no âmbito cultural e na organização política, econômica e social do país, como o fim do Império e a implantação da República (1889), a passagem do trabalho escravo para o livre, desencadeada pela abolição da escravidão (1888), a crescente industrialização, a recepção de imigrantes originários, em grande parte, de países Europeus, entre outros.

Rui Barbosa colou grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em outubro de 1870. No decorrer de sua carreira exerceu atividades de advogado, jornalista e parlamentar. Foi eleito Deputado à Assembléia Legislativa Provincial em 1878, e, posteriormente, Deputado Federal à Legislatura, iniciando assim sua carreira política. Enquanto estudante, foi professor de um curso noturno de alfabetização de adultos, após formado não exerceu cargo de magistério e nem se dedicou especificamente às atividades educacionais, mas, a “[...] sua obra como político, jurista e parlamentar e o interesse em assuntos de educação justificam a inclusão de seu nome entre os educadores” (VENÂNCIO FILHO, 2002 p. 953).

Ele participou da vida pública nacional por quase meio século, foi autor de inúmeros artigos de jornais, diversos projetos, pareceres, discursos, conferências e trabalho jurídicos, deixando imensa obra em termos de extensão e profundidade (MACHADO, 2002). Dentre seus escritos destacam-se os artigos publicados, em 1889, no jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, que consistem em interessantes fontes primárias, pouco estudadas por historiadores da educação. O autor exerceu durante sete meses o cargo de redator-chefe do supracitado jornal, iniciando esta atividade em 7 de março de 1889. Escreveu inúmeros artigos defendendo idéias e aspirações progressistas na conquista de adeptos às causas defendidas.

Questões relacionadas à sociedade brasileira, ao Estado e à Educação foram discutidas por Rui Barbosa em seus escritos de imprensa editados durante sua atividade. Os artigos publicados no *Diário de Notícias* foram posteriormente organizados em livros, publicados em 1921 e em 1941, com o título de *Queda do Império*, compondo oito tomos das *Obras Completas de Rui Barbosa* (BARBOSA, 1947a). São materiais valiosos que apresentam as idéias do autor acerca da educação e de diversos assuntos que estiveram em debate na sociedade brasileira nas décadas finais do Império, são fontes que contribuem na compreensão de um importante período da história do país, colaboraram no conhecimento das mudanças e conflitos que permearam a sociedade brasileira e o ensino público naquele momento. Os artigos de Rui Barbosa apresentam um panorama dos acontecimentos que permearam o fim do Império brasileiro. Na época, a educação teve que se adequar às novas relações de trabalho que surgiram com a abolição da escravidão, em 1888, assim, pode-se dizer que, para compreender a educação e a modernização da sociedade brasileira na segunda metade do século XIX é necessário considerá-la no contexto social no qual está inserida.

Rui Barbosa anunciou, também, no *Diário de Notícias* (1889) acontecimentos cotidianos da cidade do Rio de Janeiro, na época sede do governo imperial, e discutiu inúmeras questões sociais e políticas com vista à realização de mudanças na sociedade brasileira visando o progresso e modernização do país.

Ele discutiu em seus artigos jornalísticos assuntos polêmicos vinculando-os à realidade e à necessidade social como o incentivo à industrialização e a necessidade da oferta de educação ao trabalhador livre nacional que estivesse fora do processo produtivo e aos escravos recentemente libertos pela abolição, bem como aos imigrantes que em grande quantidade vinham para o Brasil em busca de melhores condições de vida uma vez que seus países passavam por crises nas relações de produção.

Buscou realizar por meio do jornal campanha a favor da federalização das províncias, fato que acabou por contribuir para com a causa da República. Neste artigo busca-se responder à seguinte indagação: Para Rui Barbosa o Estado deveria intervir no campo educacional de modo a ofertar a população um ensino de

qualidade útil ao desenvolvimento intelectual do indivíduo e à sua preparação para o trabalho e para o exercício de cidadania?

O tema educação para ele deveria estar relacionado em suas discussões aos temas político e social. Nesse sentido, este artigo está dividido em duas partes, primeiramente enfatiza-se a preocupação de Rui Barbosa com a educação como meio de formação do trabalhador assalariado. Num segundo momento, destaca-se a preocupação com relação à educação e a formação do cidadão. Finalmente, analisa-se a defesa do autor para que o Estado se financiasse e organizasse o ensino público.

### **O Brasil em processo de modernização: educação e trabalho assalariado**

Considera-se que o século XIX tenha sido o “século de mudanças contagiosas”; as transformações ocorriam por todo o Mundo, dentre muitas se pode destacar o desenvolvimento dos meios de transportes como a ferrovia e a navegação a vapor, o desenvolvimento do telégrafo elétrico, que facilitou a comunicação e a mudança na forma de produção material. Com o avanço da tecnologia, os países industriais passaram a utilizar mais máquinas diminuindo a necessidade do trabalho vivo, assim, as mudanças “[...] ocorriam em todos os sentidos e pareciam significar avanços, isto é, progresso. O progresso era evidente na tecnologia e nas suas conseqüências que culminavam com um crescimento da produção material” (MACHADO, 2002, p. 33). A industrialização, no Brasil, intensificou-se nessa época. Houve no país, um crescimento da importação de máquinas e de carvão que contribuíram para o desenvolvimento das atividades industriais (RIBEIRO, 1998).

O país caminhava rumo à “modernização”. Esta era almejada pela elite intelectual brasileira, composta por indivíduos pertencentes à classe dominante e média que se desenvolveu de forma acelerada em conseqüência do processo de modernização da sociedade brasileira. A modernização do país era necessária, devido às mudanças que estavam ocorrendo na base da sociedade exportadora brasileira, que de “rural-agrícola” passou a ser “urbano-industrial” (RIBEIRO, 1998).

Em relação ao âmbito cultural brasileiro, nas últimas décadas do século XIX, é importante destacar a presença de novas idéias como as do Positivismo, Evolucionismo, Darwinismo, Naturalismo, Cientificismo na poesia e no romance, entre outros. Na literatura destacou-se a presença do Realismo, em 1881, que teve a participação de importantes escritores como Machado de Assis (1839-1908) e Raul Pompéia (1863-1895), a literatura brasileira, em especial a poesia, passou a abordar novos temas que estavam postos na sociedade brasileira como a escravidão, o regime político, a questão religiosa, a questão militar, entre outros. (SAVIANI, 2004)

Nesse contexto histórico, foram postas em questão muitas discussões sobre reformas que possibilitassem o progresso do país e sua modernização. Rui Barbosa foi um dos intelectuais que se preocupou com os rumos que o país iria seguir em meio às transformações políticas, econômicas, culturais e econômicas que a sociedade estava vivenciando. Ele debateu a situação da sociedade brasileira e propôs mudanças com vista ao seu desenvolvimento.

Rui Barbosa foi a favor da abolição da escravidão e da implantação da República e discutiu questões polêmicas como a separação entre a igreja e o Estado, o casamento civil, a secularização dos cemitérios, a questão eleitoral, a imigração, entre outros assuntos. Em defesa da modernização do Brasil, o autor discutiu a necessidade de mudanças no campo político, econômico e social e de realização de reformas em toda área educacional, acreditava que as mudanças sendo realizadas em conjunto permitiriam efetivas transformações na sociedade. (MACHADO, 2002)

No final do século XIX, no Brasil, intensificou-se o debate em torno da abolição da escravidão. O fim da escravidão foi um tema de intensas discussões, pois era uma necessidade no país e uma exigência mundial. O Brasil era um dos últimos países que ainda mantinha o trabalho escravo, a emancipação desses trabalhadores contribuiria para o desenvolvimento das indústrias uma vez que libertos seriam assalariados e colaborariam com a economia brasileira impulsionando a criação de mercado interno, além de permitir a vinda de trabalhadores de outros países que passavam por crise no modo de produção capitalista. Muitos intelectuais acreditavam que o regime escravo inibia a iniciativa e a criatividade dos trabalhadores, sendo uma

das razões que emperrava o desenvolvimento do país.

Para Rui Barbosa, a abolição no Brasil era necessária à medida que ela ofereceria ao novo trabalhador uma remuneração, esta contribuiria para o desenvolvimento do comércio interno e, conseqüentemente, das indústrias. O trabalho livre assalariado e a imigração fortaleceriam o mercado brasileiro, possibilitando o progresso industrial do país e as mudanças na sua organização política uma vez que a escravidão era um sistema que contribuía na continuidade do regime monárquico, seu término proporcionaria também mudanças no âmbito político. Porém, não bastava apenas abolir a escravidão e permitir a vinda de imigrantes, era preciso conceder educação aos libertos e, também, aos imigrantes para que pudessem adaptar às novas condições de vida e trabalho. Assim, defendeu uma educação que preparasse para a vida em sociedade e para o mercado de trabalho em pleno desenvolvimento, propondo a educação técnica e científica que estimulasse o trabalhador brasileiro para dedicar-se ao trabalho agrícola e industrial.

Em artigo intitulado *Política de Paz* (BARBOSA, 1947 a, v. XVI, t. I, p. 169-178), publicado no *Diário de Notícias*, em 24 de março de 1889, o autor fez referência aos libertos pela abolição destacando a necessidade da oferta de educação à esses indivíduos, recentemente inseridos na sociedade sob a condição de homens livres. Argumentou que a falta de instrução, de conhecimento e a inexperiência em sua nova condição era algo que poderia dificultar sua vida social era preciso oferecer a eles uma educação que contribuísse para com sua adaptação na sociedade. Escreveu:

*Organizem os abolicionistas a educação dos libertos; e terão estes, antes dos filhos dos brancos, aquilo que os governos deste país ainda não quiseram dar à população brasileira; porque o ensino público decai sempre; e cada reforma, que se superpõe à rima das anteriores, é apenas uma transação entre a vaidade inculta dos administrantes e as ganâncias particulares dos administrados, neste gênero de negócio, o mais ímprobo dos que se exercitam entre nós. Promovam a reabilitação moral dos libertos pela instrução, como se faz, há vinte e cinco anos, nos Estados Unidos. Dêem a voz desta cruzada; e continuarão dignamente o seu papel em vez de o fal-sear, conluindo os homens de cor, sob o alvoroço*

de fantasmas, em associações liberticidas. (BARBOSA, 1947a, v. XVI, t. I, p. 171, grifo nosso)

Apelava, portanto, para que as associações abolicionistas promovessem a educação, mas não esperava dela um papel mais efetivo. Advogava que era preciso que o Estado se responsabilizasse pela educação dos libertos. A sociedade estava em débito com esses indivíduos, uma vez que a Lei de 13 de Maio os havia libertados, porém, naquele momento nada de significativo estava sendo feito para que eles pudessem viver em sociedade que lhes impunha novas exigências. Era indispensável oportunizar uma preparação que contribuisse na adaptação à nova vida em sociedade, esta preparação para Rui Barbosa viria por intermédio da educação, que beneficiaria os indivíduos e, também, o país, contribuindo em seu desenvolvimento econômico. A educação proporcionaria a “reabilitação moral” dos indivíduos que ainda não sabiam como lidar com a sua condição de liberdade, sendo que por longo período havia vivido submetido ao trabalho escravo. Em seu artigo afirmou que o papel do abolicionismo deveria ficar na história como sendo o de paz, de cooperação, de esquecimento de diferenças, de reconstrução e fraternidade entre todas as classes (BARBOSA, 1947a, v. XVI, t. I, p. 169-178). O liberto deveria aprender a providenciar sua própria subsistência, com independência, administrando seu próprio salário.

Na opinião de Rui Barbosa, a educação e o trabalho, agora assalariado, proporcionariam a verdadeira redenção intelectual do liberto para a vida em sociedade e para as novas relações de trabalho, em desenvolvimento pelo processo de industrialização com surgimento de maquinários, pela aplicação de novos instrumentos no trabalho agrícola. A tarefa do Estado em responsabilizar pela educação dos libertos certamente traria benefícios para o país.

*Declarar abolida a escravidão é dar apenas meia liberdade aos escravos. A parte mais difícil e mais importante da eliminação do jugo servil consiste na redenção intelectual do liberto, na sua educação para o régimen da vida civil pela*

*escola e pelo trabalho.[...] Instruir essa numerosa classe de cidadãos, e aparelhá-los para o trabalho inteligente são duas grandes necessidades, que o Estado não deve confiar exclusivamente à descrição das províncias. Há nessa aspiração elevadas conveniências nacionais, férteis em excelentes resultados.* (BARBOSA, 1947 a, v. XVI, t. III, p. 121, grifo nosso)

No país, a descentralização do ensino estava prevista em lei pelo Ato Adicional de 1834, este determinava que o ensino primário era responsabilidade das províncias, contudo poucas iniciativas haviam sido realizadas no sentido da criação da escola de primeiras letras nas diferentes municipalidades. O Ato Adicional de 1834 limitou a atuação do governo central ao ensino superior em todo país e ao ensino primário e secundário do município da Corte, enquanto o ensino primário e secundário ficou a cargo das províncias. Entretanto, Rui Barbosa em seus artigos no *Diário de Notícias* fez críticas às atitudes do Estado em não investir no desenvolvimento científico do país e nos cursos superiores, em realizar reformas superficiais no ensino secundário e em não oferecer educação, de caráter primária e técnica, aos indivíduos pertencentes às classes menos favorecidas.

Rui Barbosa no Império foi um abolicionista, contudo sua ação nessa luta provocou muitas discussões<sup>4</sup>. Em dezembro de 1890, após a Proclamação da República, já abolida a escravidão Rui Barbosa, na época Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, em nome do Ministério da Fazenda mandou queimar todos os papéis, livros de matrícula e documentos relativos à escravidão nas repartições do Ministério, objetivando acabar com comprovantes fiscais que pudessem ser utilizados pelos ex-senhores de escravos no pedido de indenização. Esta foi uma medida que gerou satisfação aos setores progressistas e foi recebida com entusiasmo patriótico pela imprensa brasileira. Não se têm notícias sobre quantos documentos foram queimados exatamente. É importante destacar que este ato gerou, no decorrer da história discussões

<sup>4</sup> Rui Barbosa no parlamento participou da defesa do projeto Dantas, que tratava da emancipação do sexagenário. A Lei do sexagenário de 1885 libertava os escravos de mais de 65 anos de idade. O fato é que o projeto sendo aprovado não beneficiou a muitos escravos, pois, devido a péssimas condições de vida e de trabalho em que eram submetidos ao longo da vida muitos morriam antes de completar esta idade, tal lei beneficiou os proprietários de escravos no sentido que estavam isentos de cuidar de escravos idosos, muitas vezes doentes.

em torno da ação de Rui Barbosa em mandar queimar os documentos, questionou-se se essa ação foi justa ou não. O fato é que muitos documentos de valor histórico foram eliminados, acabando com fontes sobre a imigração de africanos no Brasil. (LACOMBE et al., 1988)

Para ele, o trabalho escravo inibia o desenvolvimento do Brasil, defendia ser preciso transformar as relações de trabalho escravo em trabalho assalariado, com o objetivo de alcançar a civilização e industrialização almejada por parte da sociedade brasileira. O progresso social não seria alcançado se continuasse a prevalecer o trabalho escravo no país, não atenderia as novas exigências do mercado nacional e mundial. Exigia trabalhadores para o mercado de trabalho e assalariado para gerar a economia do país.

Segundo Francisco Assis Barbosa (In: LACOMBE et al., 1988), para Rui Barbosa a abolição era o passo inicial. Outras grandes reformas deveriam se realizar posteriormente, todas deviam ser realizadas pela monarquia, contra ou sem a adesão completa dela, ou então na República, como a liberdade religiosa, a democratização do voto, a desoligarquização do Senado, a federação, entre outras.

No *Diário de Notícias*, em artigos, Rui Barbosa também fez referência à imigração. Para ele, a educação devia atingir os imigrantes de modo a contribuir com sua adaptação no país, sendo esta uma responsabilidade do Estado, por meio da educação poder-se-ia ensinar a língua portuguesa e construir um espírito de patriotismo em relação à nova terra. Apontou no jornal, a política de imigração da Argentina destacando que nesse país o Estado estava se envolvendo com questões importantes no povoamento do país: amparava os imigrantes em seus passos sem tirar-lhes a liberdade enquanto no Brasil não ocorria o mesmo, o país de nada estava aprendendo com àquela experiência. Para ele, o modelo de imigração da Argentina era eficaz, pois ela apontava a possibilidade de progresso e civilização. Com a imigração era possível ter mão-de-obra para as atividades agrícolas e industriais, os trabalhadores estrangeiros poderiam utilizar-se dos instrumentos modernos de trabalho em desenvolvimento na época e contribuir no andamento da economia bra-

sileira uma vez que os trabalhadores já tinham experimentado o trabalho assalariado. Sobre a atuação do Estado nesse campo recorreu também ao exemplo americano:

*Nesse desideratum cabe ao Estado um papel eminente: o de prover a que o imigrante espontâneo encontre, no postrégio de sua chegada ao país, todas as facilidades, para se localizar em caráter de proprietário. O modelo mais perfeito, na matéria, é o que nos oferecem os Estados Unidos, cujos economistas, como os ingleses, nos ensinam como o primeiro trabalho preparatório à imigração eficaz, o saneamento, a desbravação do solo, a mensuração da superfície, a criação de uma viabilidade ampla nas regiões colonizadas. (BARBOSA, 1947 a, v. XVI, t. IV, p. 5-6)*

Os imigrantes deveriam ser recebidos não somente para a lavoura ou à indústria, mas para a colonização e o desbravamento de terras incultas como proprietários que trabalhariam por conta própria. Contudo, a política nacional buscava estimular a imigração apenas para suprir a mão-de-obra assalariada cuja produção era marcadamente agrícola, caracterizada pela monocultura em grandes propriedades de terras. Esses eram muitas vezes oriundos de centros urbanos populosos, o que dificultava sua fixação na grande lavoura, e sempre que possível, transferiam-se para as cidades brasileiras que se urbanizavam. Neste processo, a industrialização tomava grande impulso.

A necessidade de incrementar a produção industrial foi um dos assuntos de imenso destaque nas discussões de Rui Barbosa nos anos finais do Império, sendo também abordada em seus artigos no *Diário de Notícias*. O autor considerava que as indústrias proporcionariam progresso ao país, possibilitariam que se atingisse o nível dos países industrializados mais desenvolvidos da época, como argumento favorável a esta idéia citava a indústria nos Estados Unidos que havia proporcionado mais riquezas do que a agricultura. O Brasil, assim, deveria seguir esse exemplo e incentivar a industrialização. Era necessário que o Estado interferisse para a organização da indústria nacional<sup>5</sup>, esta

era uma idéia que devia ser difundida bem como a idéia de progresso pela industrialização.

[...] Carecemos não menos imperiosamente, de impulsar o espírito de progresso. Não nos encerramos nas teorias estreitas de certos utopistas, notáveis pela intransigência do seu fanatismo e pela sua incapacidade na prática das coisas humanas, que pretendem modelar o mundo por fórmulas abstratas, nunca experimentadas, querem reduzir o papel do Estado a uma perpétua desconfiança contra as maravilhas das grandes organizações industriais, e negam a vantagem, para as nações, da interferência discreta da administração provocando, acoroçoando, favorecendo os empreendimentos do capital, da riqueza acumulada, das grandes aglomerações do trabalho ao serviço da inteligência, da fortuna e da ambição temperada pelo patriotismo. (BARBOSA, 1947 a, v. XVI, t. VIII, p. 175-176)

O ponto nevrálgico do processo se referia às mudanças necessárias no processo de trabalho, acompanhado da diversificação de atividades econômicas. Contudo, ao lado dessas questões, o autor defendia também a necessidade de modernização da política nacional, com maior autonomia para as províncias. Defendia assim, a federalização, colocando-a como programa do Partido Liberal. Contudo, esta não foi assumida por seu partido, o que levou a distanciar-se de seus correligionários e aproximar-se dos republicanos.

### O regime político nacional e a educação

A idéia de tornar o Brasil uma República foi muito discutida, sobretudo nas décadas da segunda metade do século XIX. O Império havia derrotado vários movimentos revolucionários, como a Confederação do Equador, em 1824, mas as vitórias não foram suficien-

tes para sobrepor-se ao ideal republicano. Após a Guerra do Paraguai (1864-1870), o Brasil passou por uma crise que contribuiu para a decadência da Monarquia. A crise econômica e social do país, a abolição da escravidão e o apoio dos militares na defesa de ideais republicanos foram fatores que desencadearam o fim do Império.

Rui Barbosa no jornal *Diário de Notícias* fez campanhas a favor da federalização das províncias, como apontado anteriormente, que acabaram por contribuir para com a causa da República. Rui Barbosa se declarava não contra a monarquia, mas, a favor da monarquia obediente a uma constituição. Defendia a monarquia parlamentar e considerava que a autonomia das províncias podia fortalecer a unidade nacional, não concordava com o fato de em um governo prevalecer a hereditariedade na função administrativa visto que o poder podia acabar em mãos erradas, prejudicando a população em geral. Em artigo escreveu:

[...] O liberal reabilitar-se-á perante ela, quando vir que já não requesta a benevolência da coroa, e está praticamente deliberado a limitá-la, substituindo o governo do rei pelo governo do povo.

Para isso é mister universalizar o voto a todos os não analfabetos. *É mister, simultaneamente, realizar a federação à americana, tendo por modelo os Estados Unidos, salvo quanto à hereditariedade do chefe de Estado e aos atributos da sua posição compatíveis com o nosso regímen.* Não temos simplesmente que reintegrar as províncias no que o império absorveu, e conceder-lhe o que o império lhes possa distribuir. As exigências da federação, pelo contrário, é que hão de fixar o que o império caberá.

*Mas, ao lado da federação, está a temporariedade do senado, complemento essencial, impreterível, imediato dela, ainda que se obtenha à custa de uma transação, deixando a vitaliciedade aos senadores atuais.* (BARBOSA, 1947 a, v. XVI, t. II, p. 224-225, grifo nosso)

<sup>5</sup> Rui Barbosa participou como membro do Partido Liberal. Ele apropriou das idéias desse partido atribuindo à elas uma feição própria, conforme a necessidade do país no momento, assim, no partido republicano Rui Barbosa defendeu a interferência do Estado na economia, realizando medidas protencionistas à indústria nacional, em suas obras é possível notar a forte adesão que tinha às idéias do Partido Liberal brasileiro, que entre muitas questões buscava “[...] reformar a instrução pública, transformar o trabalho servil em livre, adotar o papel moeda, realizar reformas no judiciário e reorganizações nos municípios”. O autor defendeu a “[...] propriedade privada, a liberdade comercial, a liberdade de culto, a liberdade individual, a soberania do indivíduo [...]”, entre outras, aproximando-se do liberalismo. (MACHADO; ARAÚJO, 2005, p. 115 )

Rui Barbosa defendia o ideário de “republicanizar a monarquia”, era preciso “republicanizar” pelo fato de não existir monarquia compatível com a liberdade, que era importante no país. A federalização permitiria por parte do governo central dar mais liberdade às províncias. A fórmula para consolidar legitimamente a monarquia consistia em pôr em prática seriamente a monarquia parlamentar e a federalização das províncias, sob a presidência parlamentar da monarquia. A constituição devia deixar verdadeiramente o governo ao povo e ao parlamento para o benefício da sociedade. (BARBOSA, 1947 b)

Nas últimas décadas do século XIX, tendo em vista a campanha pela República, a educação do povo foi discutida enfaticamente como elemento fundamental para a formação da cidadania. Esta discussão ganhou adeptos no decorrer do regime monárquico e atingiu ápice com a proclamação da República. Nos anos finais do Império, a escola passou a ser vista como a “[...] instituição responsável pela formação do sentimento de cidadania necessária para colocar o país rumo ao progresso e a consolidação da democracia, nos moldes dos países civilizados” (SCHELBAUER, 1998, p. 64). Rui Barbosa, dentre muitas questões, “[...] preocupava-se também com a preparação do homem para exercer a democracia, participar como cidadão esclarecido da vida política do país; país este democrático” (MACHADO, 2004, p. 76).

Rui Barbosa em sua reforma eleitoral de 1881, defendeu a educação como exigência para ser eleitor; esta, para ele, poderia gerar eleitores esclarecidos e inteligentes, era necessário oferecer às crianças um ensino obrigatório tendo em seu currículo uma boa educação moral necessária ao futuro cidadão eleitor. O direito ao voto no início da República foi concedido aos brasileiros homens alfabetizados, maiores de 21 anos, assim saber ler foi uma condição para o acesso à cidadania. Para tanto, era preciso dar acesso à população aos bancos escolares. Rui Barbosa considerava que o ensino moral e cívico contribuiria na formação do cidadão, eram importantes e deveriam fazer parte do plano escolar como núcleo central, perpassando por todos os outros conteúdos.

Em 1889, no *Diário de Notícias* por sua vez criticou o ensino público nacional apontando a necessidade de realizar reformas em todo campo educacio-

nal, em especial no ensino secundário. Criticou a organização do ensino secundário; a existência de aulas avulsas e dispersas nas instituições secundárias; aos métodos de ensino, que valorizava apenas a memorização, existentes nos estabelecimentos escolares; à atitude do Estado em não investir no desenvolvimento científico e nos cursos superiores, entre outras questões. Discutiu problemas relacionados à educação como a proposta de reorganização do corpo docente da Escola Militar, uma instituição de ensino superior, afirmando que as reformas nesse nível de ensino estavam subordinadas à interesses particulares de governantes que colocavam a frente assuntos partidários. Destacou a importância dos professores no desenvolvimento de um ensino de qualidade e defendeu a liberdade de expressão desses profissionais no ensino que priorizava a transmissão de fatos verdadeiros, entre outros. (MACHADO; MÉLO, 2007)

Rui Barbosa afirmou em artigo que se podia observar que ensino público estava em decadência, era preciso realizar reformas significativas, sendo que as reformas ocorridas até o momento haviam provocado poucas modificações na área educacional.

Várias alterações, algumas eminentemente precárias, sofreu, de então para cá, o nosso sistema, ou *dessistema* oficial, neste ramo de administração. Todas elas, porém, se limitaram a mudar-lhe a *casquinha* nalguns pontos. Interiormente, o que se tem desenvolvido, são vícios antigos, diminuindo dia a dia a pouca solidez, os raros vestígios de seriedade de outros tempos. Há mestres excelentes, em diversas especialidades nas academias; nos liceus, professores notáveis. Mas o ensino decai incessantemente, as faculdades produzem frutos cada vez mais pecos, a instrução secundária apresenta aspecto sempre mais miserável; enquanto as secretarias mourejam em atos oficiais, e os ministros andam a competência no *steeple chase* das reformas efêmeras, ao encalço da originalidade, que lhes foge, e da celebridade que os maltrata. (BARBOSA, 1947 a, v. XVI, t. I p. 237, grifo nosso).

É importante frisar que, na segunda metade do século XIX, sobretudo nas duas últimas décadas do Império, vários projetos de reforma do ensino público foram propostos, sendo que a maioria não teve anda-



mento na Câmara dos Deputados e nem foram discutidos na comissão de instrução. As propostas de reforma em geral defendiam a gratuidade do ensino, já expressa na Constituição outorgada em 1824 e no Decreto de 15 de outubro de 1827. Entre 1870 e 1886 foram propostos sete projetos de reformas: o Projeto de Paulino José Soares de Souza (1870); o de Antônio Cândido Cunha Leitão (1873); o de João Alfredo Corrêa de Oliveira (1874); o Decreto n. 7.247 de Leôncio de Carvalho (1879); o Parecer/Projeto de Rui Barbosa (1882-1883); o de Almeida de Oliveira (1882) e o de Barão de Mamoré (1886). Essa quantidade de projetos e Decreto expressa a importância que os políticos estavam atribuindo naquela época à educação concebendo-a como fundamental para a sociedade em mudanças e para formação moral do cidadão em meio às transformações (MACHADO, 2005 a), ao constatar que muitos não tiveram medidas práticas, ficando apenas no papel, evidencia-se o descaso com que os ministros do Império, tanto o Geral como os provinciais, tratavam o ensino público, o qual não foi alvo de atenção. No *Diário de Notícias*, em 1889, Rui Barbosa criticou a atitude de ministros que não se preocupavam com o ensino público e realizavam reformas superficiais em diferentes níveis da educação.

A instrução pública nas províncias, no século XIX, apresentava inúmeros problemas como a falta de prédios escolares suficientes, de materiais de ensino nas escolas, de Escolas Normais que oferecesse formação aos mestres, baixa frequência de alunos nas aulas, entre outros; em 1860 agravou-se a crise na instrução pública devido o aumento da população nas províncias e a falta de escolas que atendessem o crescente número de estudantes. Nos últimos anos do Império, pouco progresso pôde ser observado na área do ensino em relação às décadas anteriores, “[...] em geral, prosseguiram as reclamações dos presidentes quanto a insuficiência numérica e qualitativa dos professores, além da tradicional falta de verbas para a manutenção das escolas” (NISKIER, 1995, p.165).

Marcado por um caráter elitista e discriminador, o ensino no Brasil, no final do Império, ainda trazia sérios resquícios da época de sua implantação: era voltado para o atendimento das classes dominantes, sem nenhum compromisso com as

classes populares. Deste modo, as medidas tomadas pelas autoridades da província paulista na tentativa de satisfazer as aspirações educacionais da época, de educação para todos e de organizar um sistema de ensino graduado em níveis, esbarrraram na estrutura fortemente centralizadora do Império, que demonstrava desinteresse pela instrução popular. (CLARK, 2006, p. 1-2)

A educação no período imperial atendia mais aos interesses da elite, grande parte da população não tinha acesso à instituição escolar por não ter condições financeiras, os poucos que frequentavam o ensino eram da classe média ou alta, eles almejavam o curso superior pois representava possibilidade de ocupar bons cargos na sociedade. A educação superior era de responsabilidade do governo central que buscava garantir uma conveniente formação da elite dominante que poderia ocupar futuramente cargos no governo (RIBEIRO, 1998).

Em artigo intitulado *Ensino Secundário*, publicado no *Diário de Notícias*, Rui Barbosa utilizou afirmações que fez nos pareceres da educação sobre o ensino secundário e superior de 1882 (BARBOSA, 1942), para afirmar que a instrução pública secundária e superior no ano de 1889 continuava praticamente com as mesmas características. Sobre o ensino público, Rui Barbosa escreveu:

A verdade é que o ensino público está hoje à orla do limite possível a uma nação, que se presume livre e civilizada; é que há decadência, em vez de progresso; é que somos um povo de analfabetos, e, que a massa deles, se decrece, e em proporção desesperadamente lenta; é que a instrução acadêmica está infinitamente longe do nível científico desta idade; é que a instrução secundária oferece ao ensino superior uma mocidade cada vez menos preparada para o receber; é que a instrução popular, na corte, como nas províncias, não passa de um *desideratum*; é que há sobeja matéria, para nos enchermos de vergonha, e empregarmos heróicos esforços por uma reabilitação [...]. (BARBOSA, 1947 a, v. XVI, t. I, p. 236, grifo nosso).

Rui Barbosa nos pareceres sobre a educação, *Reforma do ensino secundário e superior* (RUI BARBOSA, 1942) de 1882 e *Reforma do ensino*

*primário e várias instituições complementares da instrução pública* (BARBOSA, 1947 c) escrito em 1883, comparou a educação brasileira com a de outros países considerados desenvolvidos e constatou que a educação oferecida no Brasil não era de qualidade, assim, era necessária uma mudança significativa na educação pública do país, esta deveria ocorrer desde os jardins de infância até a faculdade.

### Considerações finais

Para Rui Barbosa, o ensino deveria ser de responsabilidade do Estado. Ele considerou a educação como um fator de desenvolvimento, associada a outras reformas, assim era necessário investimentos na área de educação. Estes trariam retorno ao país em forma de desenvolvimento intelectual da população que, em consequência, repercutiria nas mudanças sociais almejadas.

Rui Barbosa defendia a criação de jardins de infância, das escolas normais, de caixas econômicas escolares, o número adequado de alunos para serem ensinados, a co-educação dos sexos, a necessidade de considerar a higiene escolar, pois, na sua opinião os livros escolares defeituosos e mobílias inadequadas podiam prejudicar o ensino e a aprendizagem do aluno, entre outros. A reforma escolar pregada por Rui Barbosa exigiria maior investimento do governo, o autor acreditava que seu projeto atendia a necessidade da população, seu objetivo era a oferta de formação de cidadãos úteis ao país. (MACHADO, 2005 b)

O autor também se preocupou com a didática do ensino, defendeu a necessidade de mudar os métodos de ensino existentes pelo método intuitivo ou Lições de Coisas, colaborou na tradução do livro “Primeiras Lições de Coisas” do americano Norman Allison Calkins, que consistia em um manual de ensino elementar de uso dos professores sendo publicado pela Imprensa Nacional em 1886.

Rui Barbosa defendeu educação para todos, obrigatória, laica e gratuita, necessária para o trabalho e cidadania. Destacou a importância do ensino científico nas instituições de ensino, a construção de novos prédios escolares, a criação de um Sistema Nacional de Ensino e do Ministério de Educação Pública. O

Estado devia responsabilizar-se pela educação, criar escolas necessárias e obrigar a população a matricularem os filhos uma vez que muitos ainda não conheciam a importância dos estudos, não podia interferir na liberdade de ensino dos professores e na opção religiosa dos indivíduos. Ao Estado cabia a tarefa de investir na educação, possibilitando um ensino gratuito e de qualidade a população. Acreditava assim, que a educação era importante no desenvolvimento do país, proporcionando a formação do intelectual e trabalhador brasileiro, portanto, devia ser custeada pelo Estado que tinha por dever incentivá-la e desenvolve-la em benefício da sociedade.

### REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rui. Queda do Império (Diário de Notícias). **Obras Completas**. Vol. XVI, Tomo I ao VIII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde: 1947. a

\_\_\_\_\_. Introdução (1921). Queda do Império (Diário de Notícias). **Obras Completas**. Vol. XVI, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947. b

\_\_\_\_\_. Reforma do ensino secundário e superior. **Obras Completas**. Vol. IX, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942.

\_\_\_\_\_. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. **Obras Completas de Rui Barbosa**. Vol. X, Tomo I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947. c

CLARK, Jorge Uilson. O Desenvolvimento da Política Provincial e da Educação no Período de Transição do Império para a República. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, JOSÉ Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.) **Navegando na História da Educação Brasileira**; Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”- HISTEDBR/ CD-ROM comemorativo 20 anos do HISTEDBR. Campinas, SP: Graf. Faculdade de Educação UNICAMP: HISTEDBR, 2006.

LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis. **Rui Barbosa e a queima de arquivos**. Rio de Janeiro: fundação casa de Rui Barbosa, 1988.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa: Pensamento e ação**. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

\_\_\_\_\_. Fontes e história das instituições escolares: o projeto educacional de Rui Barbosa no Brasil. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, História e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores

Associados, 2004.

\_\_\_\_\_. Os Projetos de Reforma da Escola Pública no Brasil propostos entre 1870 e 1886: a ênfase na formação moral do cidadão. **Revista Quaestio**. Sorocaba, vol. 7, n. 2, 2005 a. p. 135-146.

\_\_\_\_\_. O Decreto de Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate.

A criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **História e memórias da educação no Brasil** (Vol. II). Petrópolis, RJ: Vozes, 2005 b. p. 91-103

MACHADO, Maria Cristina Gomes; MÉLO, Cristiane Silva. Rui Barbosa: Estado e Educação na imprensa em 1889. In: **Revista HISTEDBR on-line**, mar. de 2007, n. 25, p. 106-121, 2007. Disponível em: [www.histedbr.fae.unicamp.br](http://www.histedbr.fae.unicamp.br). Acesso em: 23 de Abr. de 2007.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; ARAÚJO, José Carlo de Souza. Metamorfoses do pensamento liberal de Rui Barbosa: sua posição sobre Estado e Educação. **Revista Diálogo Educacional** - Programa de Pós-Graduação em Educação –

PUCPR, Curitiba, v. 5, n. 14, p. 113-124, jan./abr. 2005.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de História; 1500-2000**. 2. edição, Rio de Janeiro: Consultor, 1995.

RIBEIRO, Maria Luíza Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 15. edição, Campinas, SP: Autores Associados 1998.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN; Vera Tereza. **O legado educacional do século XX**. Campinas, Editora Autores Associados, 2004.

SCHELBAUER, Anaete Regina. **Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914**. Maringá: EDUEM, 1998.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Rui Barbosa. In: BRITTO, Jader de Medeiros; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Dicionário dos educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.